

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 28-4-2016.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Jussara Cony, Kevin Krieger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Dr. Goulart, Guilherme Socias Villela, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mario Manfro, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon. A seguir, foi apregoado o Memorando nº 005/16, de autoria de Kevin Krieger, justificando sua ausência em reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente no dia dezoito de abril do corrente. Em prosseguimento, foi apregoado documento de autoria de Lourdes Sprenger, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, no dia vinte e oito de abril do corrente, na solenidade de inauguração do novo prédio da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Gravataí, em Gravataí – RS. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, no qual foi realizada solenidade de posse dos vereadores mirins do projeto Ir Ktaná, desenvolvido pelo Colégio Israelita Brasileiro. Compuseram a mesa: Cassio Trogildo, presidindo os trabalhos; Ricardo Martinez Fortes, Gestor do Núcleo de Política e Cidadania da Ir Ktaná; Jânio Alves; Graziela Lopes; e Valter Nagelstein. Após, Ricardo Martinez Fortes procedeu à entrega, aos vereadores mirins, de diplomas alusivos à presente solenidade. Ainda, Jânio Alves pronunciou-se sobre a presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Valter Nagelstein. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e seis minutos às quatorze horas e quarenta minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, em tempo cedido por Cassio Trogildo, Delegado Cleiton, Adeli Sell, este em tempo cedido por Engº Comassetto, João Carlos Nedel e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni e Bernardino Vendruscolo. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se João Carlos Nedel, em tempo cedido por Kevin Krieger, e Luciano Marcantônio, este em tempo cedido por Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Cláudio Janta e Adeli Sell. Na oportunidade, foi apregoado o Ofício nº 389/16, do Prefeito, informando sua ausência do Município das seis horas e onze minutos às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril do corrente, quando participará da cerimônia de anúncio da prorrogação da permanência de médicos brasileiros, formados no exterior, e estrangeiros do Programa Mais Médicos em Brasília – DF. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/15, com

Emenda nº 01; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 272/15, 004, 060, 063 e 070/16; e o Projeto de Lei do Executivo nº 009/16; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nº 207/15 e 032/16. Às dezesseis horas e dezoito minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por João Bosco Vaz, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Mauro Pinheiro e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Requerimento nº 003/16, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na Inauguração do novo prédio da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Gravataí, no dia 28 de abril de 2016.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar a posse dos vereadores mirins da Ir Ktaná do Colégio Israelita Brasileiro. Convidamos para compor a Mesa o Professor Ricardo Martinez Fortes, Gestor do Núcleo de Política e Cidadania da Ir Ktaná; o Sr. Jânio Alves, Diretor Geral; a Sra. Graziela Lopes, Coordenadora do Curso; e o Ver. Valter Nagelstein.

Solicitamos que o Professor Ricardo Martinez inicie a entrega dos Diplomas aos vereadores mirins.

O SR. RICARDO MARTINEZ FORTES: Quero, inicialmente, dizer da honra em estar novamente aqui dando posse aos nossos vereadores mirins. A escola acredita sempre na importância de fazermos a formação política na prática. A cidadania no Colégio Israelita não é só uma teoria; é na prática que os alunos aprendem a exercê-la.

Então, como tradicionalmente já fazemos na Casa, vou chamar os nossos vereadores e o Ver. Valter Nagelstein chamara os seus colegas para fazerem a entrega dos Diplomas.

(Procede-se à entrega dos Diplomas aos vereadores mirins.)

O SR. RICARDO MARTINEZ FORTES: Vereadora Isabela Cardon Unikovski (O Ver. Dinho do Grêmio procede à entrega do Diploma); Gabriel Olchik Borges (O Ver. Rodrigo Maroni procede à entrega do Diploma); Julia Tevah Lermann Machado (A Ver.^a Jussara Cony procede à entrega do Diploma); Camila Garbarski Radin (O Ver. Adeli Sell procede à entrega do Diploma); Vicente Amaral Bisonhim (O

Ver. João Bosco Vaz procede à entrega do Diploma); Eric Elman Loureiro (O Ver. João Carlos Nedel procede à entrega do Diploma); Arthur Milnitsky Gensas (O Ver. Paulinho Motorista procede à entrega do Diploma); Nina Ferla Faccioni (O Ver. Guilherme Socias Villela procede à entrega do Diploma); Tehila Schneider Rudnicki (O Ver. Reginaldo Pujol procede à entrega do Diploma); Christian Moura Strebel (O Ver. Delegado Cleiton procede à entrega do Diploma); Gabriela Yafa Wolkind Aberbuj (O Ver. Dr. Goulart procede à entrega do Diploma); Bruna Tevah Lermann Machado (O Ver. Paulo Brum procede à entrega do Diploma). (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Jânio Alves está com a palavra.

O SR. JÂNIO ALVES: Prezados Vereadores e Vereadoras, demais familiares, parabéns! Em nome do Colégio Israelita eu gostaria de agradecer o prestígio com que a Casa presta, reconhecendo esse projeto há sete anos. Nesse projeto, o Colégio Israelita conta com uma pequena cidade laboratório, onde há os poderes executivo e legislativo, em que agora estamos empossando os vereadores. O projeto está aberto a toda a comunidade de Porto Alegre, outras escolas podem conhecê-lo para entender esse projeto maravilhoso que o Prof. Ricardo e a equipe do Colégio vêm realizando. Está aberto para visitação e para que inspire outros projetos de formação de cidadania, tão importante para o nosso País. Agradecemos a oportunidade da Câmara, especialmente ao nosso Ver. Valter Nagelstein pela oportunidade e pelo prestígio concedido ao nosso projeto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu quero, primeiro, agradecer ao Prof. Ricardo, que, mais uma vez, nos trouxe aqui os vereadores mirins; aos professores do Colégio Israelita e especialmente às famílias. Quero dar um abraço e um beijo muito afetuoso nos pais e nas mães, agradecer a presença, é muito importante a gente ver que os nossos vereadores mirins realmente encaram isso como um dia especial, todos de terno e gravata, nas suas melhores roupas, exatamente fazendo jus a esta ocasião. Eu quero agradecer e cumprimentar os meus colegas Vereadores; Ver. Rodrigo Maroni, quero falar em seu nome também, e dizer que como seria bom se todas as escolas pudessem se mirar nesse exemplo – eu, a Ver.^a Sofia e o Ver. Garcia somos cidadãos honorários da Pequena Cidade do Colégio Israelita. Ver. Cassio, nosso Presidente, l  nós temos uma Câmara de Vereadores, um Prefeito da Pequena Cidade, eleito pelos seus colegas; temos um banco, temos uma rádio, temos uma horta, temos um laboratório astron mico, temos todas as atividades que se exercem numa cidade e, especialmente, as nossas crianças aprendendo a fazer cidadania, aprendendo a construir uma cidade junto com a comunidade escolar. Portanto, é um exemplo que eu gostaria muito, Prof. Ricardo, que fosse replicado nas escolas da rede municipal, da rede

estadual, e acho que deveria se espalhar pelo Brasil. Mais uma vez, parabéns para vocês, quero desejar muito sucesso neste ano, no mandato que se inicia agora, e dizer que continuamos, aqui na Câmara de Vereadores, à disposição dos nossos pequenos vereadores e das suas famílias. Presidente, quero cumprimentá-lo pela grandeza do gesto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h36min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h40min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do deste Vereador, e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Queria, antes de tudo, agradecer aqui ao Presidente Cassio Trogildo, aos demais colegas e, principalmente, ao público que ainda se encontra aqui, aos pais e às crianças do Colégio Israelita. Não foi possível abrir o tempo para fazer uma saudação especial de cada Vereador, mas, com sensibilidade, o Ver. Cassio me cedeu seu tempo, e eu gostaria aqui de fazer uma saudação muito especial, Valter, a ti, particularmente, quero aqui deixar isso público, porque acho que 90% das coisas em que eu participei aqui na Câmara não tem o significado dessa atividade que tu trouxeste para a Câmara Municipal, não só pelo símbolo do momento que a gente vive da política, mas pelo quanto é importante a gente estimular as crianças e os pais num momento delicado do processo político. Vou tirar o chapéu em homenagem a vocês. Quero dizer para vocês que essa iniciativa, Valter, é de uma sensibilidade, de uma delicadeza, de uma capacidade de perceber a importância de as crianças participarem das discussões e se sentirem protagonistas.

Eu quero falar para vocês que eu, quando tinha oito anos de idade – nunca esqueço, para vocês verem o significado, professores e pais –, estudava no Colégio Dom Bosco, na Zona Norte, e a professora Liliane, eu era da 2ª série, perguntou assim: “Quem, dentro desta sala de aula se interessa por política?” E eu estou falando aqui de 1988, porque eu tenho 34 anos. Eu me lembro que somente eu e mais um colega chamado Paulo Walendorff – eu tenho uma memória de psicopata, vocês me desculpem, mas eu me lembro de detalhe por detalhe – levantamos a mão. E hoje, com muito orgulho, sou Vereador. Eu tenho convicção de que a única maneira que nós temos de transformar tudo que acreditamos que está ao inverso hoje é com a participação de pessoas que chegam de sangue novo para renovar, que, quando crianças, receberam educação do pai e da mãe, porque, depois que cai aqui dentro, tem muita gente que bota a culpa em partido político. Com isso, quero dizer que o caráter, os valores, os

princípios não têm partido político e nem tem vestibular para entrar em partido político, isso se traz da educação de casa. Então, amanhã ou depois, nós poderemos ter, talvez, Vereadores, Deputados, Senadores que saíram do Colégio Israelita, que saíram desta iniciativa, e seguramente os responsáveis estão aqui. Então, parabéns ao colégio por ter essa sensibilidade, por fazer as inscrições destas crianças.

Eu quero também fazer um convite a vocês – já que o meu tema são os animais – para que também façam essa discussão sobre os animais na escola, através do meu colega, sempre disposto, o Valter, que é uma figura seriíssima, de uma integridade absoluta, que os professores também estimulem as crianças a pensarem... Só para vocês terem uma ideia: nós estamos em 2016 e eu falo sobre isso diariamente, porque não há políticas públicas para os animais, para tudo falta e ninguém te aciona. Eu não tenho dúvida nenhuma que o momento em que a gente planta a ideia de políticas públicas para os animais é na idade destas crianças. Por quê? Porque é nesta idade que as crianças dão valor ou não para os animais, é nesta idade que vão saber levar para a vida adulta o sentimento por um animal, sabendo que o animal tem uma alma, uma vida, tem um coração, e ele vai levar para o resto da vida. Então, o convite que eu faço, mesmo que os animais não possam pedir ajuda a vocês, é para que vocês passem para os seus filhos sobre a importância de cuidarmos dos animais, em pensar o número de abandono que se tem hoje e que lamentavelmente é gigantesco, só para vocês terem uma ideia, na cidade de Porto Alegre, são quase 300 mil animais abandonados. Vocês são de uma escola altamente qualificada, de valores, quem dera que todas as crianças tivessem essa oportunidade que vocês estão dando aos seus filhos, provavelmente vão passar em grandes vestibulares, vão ter uma família, vão construir uma vida. E um dos maiores presentes que vocês podem dar a eles, eu não tenho dúvida nenhuma, no Natal... Porque toda a criança gosta de ganhar um brinquedo, eu me lembro quando a minha avó aparecia com meia e cueca para me dar de presente era um desastre, porque era tudo que eu não queria ganhar era meia e cueca, e sempre tinha aquela tia que dava meia e cueca no Natal, no aniversário. Então, a criança gosta de um brinquedo, mas o melhor presente que se pode dar a uma criança que talvez vá durar até ele chegar na fase adulta é um animal. Adote um animal e dê no Natal, dê no aniversário para o seu filho, para sua filha, um animalzinho que vai acompanhar ele até os 20 anos. Parabéns de coração, parabéns ao Valter por esta sensibilidade, parabéns ao Colégio Israelita e que esse projeto tenha vida longa. Estava falando ali com o Delegado Cleiton – não é, Cleiton? – sobre essa foto que foi tirada aqui, eu espero que muitas crianças, que ali aparecem, sejam eleitas Vereadores e Deputados e, talvez, muitos de nós não vamos estar mais aqui, já possamos estar em uma outra esfera espiritual, mas eu tenho a segurança de que o que fica desta vida são as memórias, são as amizades e são os momentos bons que a gente vive. Muito obrigado ao Colégio Israelita, muito obrigado aos professores e aos pais que estiveram aqui conosco mais uma vez.

Eu vou dizer para vocês uma coisa que para mim foi o momento que eu mais chorei em minha vida, quando perdi a minha avó que me criou até os meus 13 ou 14 anos, quase que diariamente, porque o meu pai e a minha mãe trabalhavam. Na época não se tinha uma tradição de creches, nem de colégios. Depois eu entrei no

maternal com três anos, e a minha avó ficava comigo no período extracurricular. O colégio tinha várias participações – não é, Prof. Aildo? –, a quem também faço uma saudação. Eu queria dizer que eu também passei por vários momentos difíceis, inclusive, quando eu tinha 14 anos, eu perdi o meu primeiro animal, que eu tinha ganhado do meu pai quando nasci, foi o meu primeiro cachorro, e eu o perdi com 14 anos. Mas o momento de maior complexidade, que mais doeu na minha vida – e eu falo com a maior franqueza, e eu tenho a minha assessoria para comprovar, está a Sheron, está o João Lopez, está a Jose. Seguramente outros mais estavam por aqui, e se alguém duvidar é só perguntar no meu gabinete. Eu estava no meu quarto dia de mandato na Câmara, estava elaborando o Código de Defesa Animal, era uma noite de carnaval, e aquele dia eu fiquei até às 19h elaborando esse Código com a advogada, que era o código que direcionava priorizar a relação de amor, de afeto, de cuidado e de tudo o que inexistia de política pública para os animais. Naquela noite eu saí daqui às 19h, era noite de carnaval, foi no ano passado. E a minha relação com os animais, todo mundo sabe, é uma relação que transcende o parlamento, é uma relação incondicional que irá até o último dia da minha vida. Mas eu peguei minha mudinha de roupa, peguei a *freeway*, estava indo para Tramandaí passar o carnaval, e, na *freeway* eram em torno de 100 mil carros – um atrolho só. Eu sou um cara que dirige normalmente a 80 quilômetros por hora, sou um cara até excessivamente zeloso, e estava na pista do meio. Ironicamente, para mim, a quem qualquer história de animal derruba, e eu já peguei animal em todas as partes do Sul, por assassinato, por atropelamento, naquela noite, eu, indo para o carnaval, um cachorro atravessou a minha frente, e eu, como estava na pista do meio, não tive como jogar o carro nem para um lado, nem para o outro. Eu passei por cima dele e parei o carro no acostamento, com a certeza de que ele teria morrido. Eram entre 21h30min e 22h, estava escuro, os carros estavam a 100 quilômetros por hora, e eu voltei pelo acostamento para buscar o corpo dele. Depois de alguns segundos eu vi que ele estava vivo, ele uivava no meio da pista da *freeway*. E eu fiquei – e estão aqui meus assessores, e os meus pais também são testemunhas dessa história – quase 15 minutos para conseguir parar a *freeway*. Eu tirei a camiseta, fiquei só de bermudas, comecei a me jogar na frente dos carros, até que, por fim, um caminhoneiro parou e conseguiu parar os carros do lado. Eu peguei o cachorro e vim conversando com ele até Tramandaí, quase a 200 quilômetros por hora, para o levar a um veterinário. Chegando no veterinário, ele foi internado, inclusive era a Aline, minha amiga, que é lá da Animale, ela disse para mim: “Maroni, por incrível que pareça, ele vai ficar paralisado. Não pegou nada, só quebrou as duas patas de trás”. Eu disse: “Quem bom. Ele vai ser um símbolo meu”. E eu chorei, chorei por aquela situação. Quando eram 4h da manhã essa veterinária me ligou dizendo que, como não dava para ver na ecografia, ele tinha tido traumatismo craniano, e ele morreu. Eu quero dizer que, na segunda semana, e está comprovado nos autos, eu faltei toda por não ter condições de vir trabalhar, eu fiquei seis dias me culpando por isso, porque essa foi a pior situação que eu já vivi, logo com um ser que eu mais amava, eu ter participado de uma situação que eu não tive como evitar. Eu falo tudo isso, porque ontem um senhor, e eu quero dizer que esse senhor me dá orgulho em meio a tanta situação triste na espécie humana, poucas pessoas me dão

orgulho de ser humano, poucas pessoas hoje ainda me dão orgulho da raça humana, de olhar para o lado e ver humanidade dentro de uma pessoa. E eu quero fazer aqui uma saudação ao Sr. Antônio, que morreu ontem, atropelado, aqui em Porto Alegre, por um ônibus ao tentar resgatar um de seus animais que correu para o meio da rua. Quero dizer que fiz uma Moção de Solidariedade aos familiares do Sr. Antônio Ferreira Leite, que morreu ontem atropelado, aqui em Porto Alegre, por um ônibus, ao tentar resgatar um dos seus animais que correu para o meio da rua no bairro Petrópolis, no dia 27 de abril. Quero dizer que fiz uma Moção de Solidariedade aos familiares do Sr. Antonio Ferreira Leite, um homem de 78 anos, que morreu tentando salvar os dois cães que estavam com ele. Tenho certeza que ele está entre nós e que, no seu último momento, deixou um ensinamento que poucas pessoas deixariam em 300 ou 500 anos. Quero dizer para a família do Sr. Antonio do orgulho de terem conviado com uma pessoa tão especial. Parabéns, Sr. Antonio, tenho certeza que iremos nos encontrar no futuro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já sei que me apelidaram de Juruna – aquele índio Juruna que andava com o gravador – porque eu tenho mostrado muitas fotografias, mas não tem problema. Ontem eu estava dizendo que o Ver. Guilherme Socias Villela foi um dos maiores prefeitos de Porto Alegre, e fico muito feliz quando tenho a oportunidade de dizer que tenho a pretensão de ser seu colega Vereador hoje. Falando isso quero resgatar a história um pouquinho. Até um tempo atrás, nós tínhamos aqui a Cidade Viva, ligava o rádio e a televisão e era Cidade Viva. Depois veio a transversalidade, iam destrancar todos os problemas, os projetos, Eng^o Pacheco, seriam todos resolvidos imediatamente. Com a transversalidade, tudo ia se cruzar e se comunicar. Depois vieram os GTs – Grupos de Trabalho; vários GTs. É tanta coisa que aqui chegou! Mais recentemente a resiliência, tudo será resolvido. E Porto Alegre está encalhada! Isso eu acostumei a ouvir na minha infância, lá com os índios em Irai. Encalhou, encalhou a canoa! Porto Alegre está encalhada! Ontem eu disse, me digam uma obra que teve o seu o início e o fim dentro de um prazo razoável. Eu estou aguardando. Não existe! Não existe! Vou trazer para os senhores (Mostra fotos): ali na Coronel Neves... E é lamentável, pois é perto da casa deste Vereador e por óbvio que os vizinhos batem lá pedindo para tirar o lixo. Primeiro comunicado, 31 de março, foi prometido sabem para quando? Vinte e oito de abril. E nada! Todo o lixo está lá! As caçambas, tele-entulho! Esse aqui é mais ou menos o modelo aprovado. Mais ou menos, ele está a 80%, que é o padrão.

A lei que regra esse tele-entulho foi aprovada pelos senhores aqui. Foi um projeto de nossa autoria, depois de mais de trezentas fotografias desta Cidade mostrando que nós precisamos enfrentar esse problema, regrar, dar um ordenamento,

dizendo onde pode ou não pode estacionar esses equipamentos, e quando devem ser imediatamente recolhidos. A legislação diz o seguinte: Lei nº 10.474, de 23 de junho de 2008, no seu §4º do art. 3º, coloca que quando a caçamba estacionária estiver com capacidade de carga completa, independentemente do período de tempo estipulado pelo órgão competente para a sua permanência no local, deverá ser imediatamente retirada pelo responsável. Sabem o que é que aconteceu? Fizemos o encaminhamento e está marcado sabem para quando retirarem essas duas caçambas? Que é o lixo e as caçambas que estão lá no tele-entulho, porque não seguem a lei. Lei que a própria EPTC abalizou. Sabem para quando está prometido? Para 26 de junho! Depois do meu aniversário! Então, assim, Ver.^a Sofia, eu já disse que serei Vereador até o dia 31 de dezembro, então vou continuar trazendo essas fotografias todo o santo dia, porque alguém haverá de me ouvir! Porto Alegre enalhou!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Câmara, senhores e senhoras que nos prestigiam aqui, neste momento, também na TVCâmara. Hoje, fui sorteado para falar em Comunicações e estava pensando no que falar, pois Porto Alegre tem tantos assuntos a serem tratados, debatidos e trazidos para cá. Agora, eu vejo aqui na plateia um amigo, o Renato, um ex-militante da polícia e dos movimentos tradicionais. Seja bem-vindo à Casa. E, por acaso, estava falando com meu querido amigo, ex-prefeito Guilherme Socias Villela, que, quando passei por ele, me elogiou por um artigo escrito hoje, que saiu no Jornal do Comércio. E nós batemos um papo, eu falei para ele que eu gostaria de montar um artigo que para as mães, para o qual ele me indicou um livro chamado “Ser mãe é desdobrar fibra por fibra”, do autor Coelho Neto.

Mas eu quero falar que votamos, há pouco aqui, a moção em relação à morte de quatro indivíduos pela Brigada Militar, e hoje nós fomos num ato de condecoração aos policiais militares, no qual estavam presentes nosso Prefeito e Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara e este Vereador. E esse assunto foi muito debatido. Ontem, eu a Ver.^a Fernanda demos uma entrevista, que foi postada nas redes sociais e houve muitos acessos, muito debate e muitas críticas. Mas eu esqueci de falar, senhores, das mães. Quando se fala em questão de segurança, quem sabe as mães desses quatro indivíduos, o que devem estar passando? Com certeza estão sofrendo; as mães dos policiais - o temor aumentou ainda mais quando seus filhos saem para rua para exercer essa nobre função de defesa da sociedade; das mães que, quando deixam seus filhos saírem para uma festa, para uma balada, ficam em casa hoje ansiosas. Isso tem que ser trabalhado, quando vão para a escola, ficam ansiosas. A gente sabe desse sentimento maior que as mães têm.

Eu, como policial, vi situações muito fortes: mães prendendo filhos, acorrentando em camas, prendendo filhos em galinheiro. Nós tivemos, há alguns anos, uma mãe que matou o filho porque não aguentava mais ver o filho correndo atrás das drogas, não aguentava mais os atos do filho, os atos agressivos do filho dentro de casa e para com ele mesmo, porque também o viciado sofre. Então, eu fico imaginando que, quando se fez essa Moção, que quando se discutiu essa questão - inclusive alguns dizem que bandido bom é bandido morto -, o que essas mães em casa devem estar pensando? Então, me faltou aqui, no dia em que trouxe esta Moção, dirigir palavras de respeito a essas mães que, muitas vezes, criam, da melhor forma possível, com muita dificuldade, e, muitas vezes, ainda, criam sozinhas seus filhos – são mães e pais ao mesmo tempo. Eu gostaria, então, de mandar essa mensagem para essas mães – muitas vezes seus filhos foram bem criados, mas tirados da linha pelo mundo da droga, tirados da linha pelos traficantes. Esses, sim, temos que combater, com braço forte, pois aliciam o menor, não pensam duas vezes para vender droga ao menor, não pensam duas vezes para dar um fuzil na mão de um menor. Nesses, sim, temos que atuar; a polícia tem que atuar com braço forte, com braço forte mesmo. Esse não merece piedade. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Engº Comassetto.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, sou obrigado a começar minha fala citando o grande poeta Castro Alves: “A praça é do Povo!/Como o céu é do Condor!/É antro onde a liberdade/Cria a águia ao seu calor!” Eu vou falar da Praça da Alfândega. Pensando na Praça da Alfândega, eu pensei no poeta Castro Alves, aquele do navio negreiro, dos livros às mãos cheias. Ele fala da praça, e diz que a praça é do povo, como o céu é do condor. E atentem: “É antro onde a liberdade/ Cria a águia ao seu calor!” E a Praça da Alfândega está fria, abandonada pelo povo do Centro, abandonada porque os transeuntes não têm coragem de cruzá-la, mas ela está tomada pelo que há de pior na nossa Cidade: ajuntamento de batedores de carteira, de marginais, de pessoas violentas. Dias atrás um menino teve seu celular roubado, mas não bastou terem roubado o celular, ele foi esfaqueado. Assim como esfaquearam um outro menino de 16 anos ali na ponte de pedra. A violência tomou conta da cidade de Porto Alegre. Não bastasse isso, um senhor que foi defender uma senhora que foi assaltada levou duas bordoadas na cara. Um menino que estuda no Monteiro Lobato teve seus chinelos roubados e levou uma coronhada na cabeça, às 8h da manhã, na Praça da Alfândega. A Praça da Alfândega não é do povo; ela é da marginalização que está sendo gestada e aumentada a cada dia na cidade de Porto Alegre. Dias atrás fiz uma fala aqui dizendo aos colegas parlamentares para tentarem baixar a terra à realidade, à cidade de Porto Alegre. E mais uma vez eu falo ao povo de Porto Alegre que nós vamos voltar a transformar a Praça da Alfândega como nos versos

de Castro Alves para dizermos: a praça é do povo. Porque com a SMAM e com o DMLU – e aqui, em especial, os meus agradecimentos ao Diretor do DMLU, Gustavo e sua equipe; à SMAM, com Léo Buliing e sua equipe, e também ao Capellari que tem que demarcar o espaço -, porque nós faremos, com a população de Porto Alegre, uma coleta do lixo eletrônico e do óleo de cozinha. No dia 07 de maio, das 9h às 17h, quer queira ou não, Ver. Nedel, a praça da Alfândega vai servir novamente, como nos versos de Castro Alves, para o povo de Porto Alegre. Nós vamos retomar a Praça da Alfândega e não vai ter lugar para a violência. Bares, restaurantes, transeuntes são assaltados, roubados, achincalhados, agredidos e vitimizados. E aqui também, como já foi dito anteriormente, Delegado Cleiton, nossa homenagem ao 9º Batalhão, ao seu Comandante, ao pessoal da 2ª Companhia, mas em especial ao da 1ª Companhia que cuida dessa parte do Centro, ao Major Torres e ao Capitão Eduardo.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, V. Exa. recém voltou, detonou a Câmara, mas fazia muita falta. Quero cumprimentá-lo pelo assunto que V. Exa. está trazendo agora sobre a Praça da Alfândega, porque realmente nós temos que retomar este espaço lindo da Cidade. Parabéns por levantar este assunto que sei que é de muito tempo.

O SR. ADELI SELL: Concluo, Presidente, obrigado, Ver. Cecchim, está conosco nesta peleia o Sindilojas, o Sindióptica, a Fecomércio, a Abrasel e todas as entidades que se preocupam com o bem da população, porque, Ver.^a Sofia, o Centro é o *shopping* a céu aberto para as pessoas. E, meu querido Ver. Goulart, nós sabemos o quanto é importante o Centro para a economia de Porto Alegre. Que viva novamente a Praça da Alfândega e a gente possa repetir os versos de Castro Alves: a praça é do povo como o céu é do condor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente Cassio Trogildo, Vereadores e Vereadoras, todos os Vereadores de Porto Alegre sabem que a nossa Cidade precisa melhorar o seu trânsito com urgência. Todos sabemos também que a Cidade conta com a estrutura administrativa da EPTC desde 1998, visando a organizar e fiscalizar as atividades relacionadas ao trânsito e aos transportes do Município de Porto Alegre. O fato, porém, é que a realidade do trânsito da nossa Cidade é crítica, e as causas deste problema são, na maioria, inteiramente conhecidas. Mas conhecer apenas não basta. Apesar de contarmos com um bem elaborado Plano de Mobilidade Urbana, os objetivos deste Plano estratégico não serão alcançados apenas com a boa vontade e o interesse. Esses objetivos só poderão ser alcançados se o problema for encarado com uma visão sistêmica e com a otimização dos recursos existentes.

Pois bem, Ver. Adeli Sell, nós queremos ajudar a resolver o problema. Entendo que a Câmara Municipal tem condições de participar de modo pró-ativo no encontro dos melhores caminhos, senão para a solução definitiva – o que é quase utópico –, pelo menos para a redução sensível dos transtornos que a situação atual nos apresenta. Daí a proposta de formação da Frentrânsito – Frente Parlamentar para a Melhoria do Trânsito, que deverá ser um dos eficientes meios para, de uma forma catalítica, viabilizar a conjunção de meios e esforços orientados para obtenção de resultados, já a curto e médio prazo.

Estou certo da aprovação da criação da Frentrânsito, e aproveito para convidar os meus colegas Vereadores para que dela participem e, desse modo, possamos passar da crítica à ação colaborativa. Peço aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que já me passem os nomes para que eu possa providenciar a formatação desta Frente.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Concedo-lhe um aparte, e aproveito para agradecer, pois tenho certeza de que conto com a participação de V. Exa.

O Sr. Adeli Sell: Não tenha dúvida. Já posso me inscrever aqui. Quero participar com V. Exa. deste trabalho meritório. Acho que também temos que ousar e inovar. Somos uma Cidade de 1,5 milhão de habitantes, não somos uma cidade de 300 mil habitantes. Não estamos na Europa, estamos na América Latina. Somos um país ainda em desenvolvimento, onde a fissura pelo automóvel é uma coisa impressionante. Especialmente, Ver. Nedel, nós, que já somos sexagenários, temos que pensar que, no Centro de Porto Alegre, por exemplo, nós temos um contingente imenso de idosos, e entre os idosos, mulheres que são a ampla maioria. Então, quando se falar de trânsito, temos que falar em caminhar, as calçadas em boas condições, os motoristas têm que respeitar faixa de segurança. E eu espero que a Frente Parlamentar possa evoluir para discussões como estacionamento, como transporte coletivo de passageiros e para outros temas importantes. Mas vamos fugir um pouco do lugar-comum, que os mesmos que falam sempre e não conseguiram mudar Porto Alegre, então, vamos olhar um pouco para frente. Eu falava do Villela, quando foi Prefeito, sobre os corredores de ônibus que foi uma ousadia na época; assim como Loureiro da Silva, que alargou a Av. Farrapos. Quem sabe a gente se espelha um pouco no passado para que melhore bastante o futuro.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Obrigado, Vereador. Vejam como temos tantos e tantos problemas a serem debatidos e encontradas as soluções. Eu tenho certeza de que a Frente Parlamentar de Transito vai colaborar fortemente para o encaminhamento dessas questões. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, vamos sair, então, dos problemas de segurança e de trânsito e vamos para os problemas da educação. Quero registrar que hoje, 28 de abril, é o Dia Mundial da Educação – data que foi estabelecida em referência ao encontro de representantes de 180 países que participaram do Fórum Mundial da Educação, ocorrido em 2000, na cidade de Dakar, no Senegal. Na ocasião foi assinado um documento em que os participantes dos países se comprometeram a não poupar esforços para que a educação chegasse a todas as pessoas do planeta até 2015. Agora, em 2016, os desafios continuam grandes, mas eu inicio comemorando este dia e registrando que o jornal Correio do Povo traz duas páginas dedicadas ao Dia Mundial da Educação, quero parabenizar a sua editora de ensino, a jornalista Maria José Vasconcelos – ela atualiza alguns dados importantes. Nós votaremos, na semana que vem, a retomada do Comcreches, a nossa comissão que é dedicada às creches comunitárias, e é nessa faixa etária que nós que as creches atuam que há um dos grandes desafios. Dentre as crianças de quatro e cinco anos são 690 mil crianças, ainda, no Brasil, que não chegaram na escola e a nossa legislação brasileira, o nosso Plano Nacional de Educação e a Constituição Brasileira determinam que dos quatro aos 17 anos a educação é obrigatória, a partir deste ano. Nesta semana ainda, segunda-feira, numa mobilização das mães, mulheres e famílias da Vila Liberdade encontrei uma mãe com três crianças, uma delas com cinco anos e a mãe me diz: “Não, Vereadora! A escola disse que não tem vaga para ela.” Eu disse que não tem como não ter vaga para ela! Este ano é obrigatório que todas as crianças de quatro anos em diante estejam na escola! É obrigatório para os pais e é obrigatório para o Estado; no nosso caso é o Município que tem que disponibilizar as vagas. Então, há um déficit enorme nessa faixa etária, se considerar de zero a três anos faixa etária de creche, com a oferta em turno integral, ainda não obrigatório, mas direito subjetivo dessas crianças, aumenta muito mais a defasagem. Na outra ponta, nos 17 anos, temos quase um milhão de adolescentes que deixaram o estudo. Esse é um panorama grave da educação brasileira, da sociedade brasileira, é um problema para a educação. A educação se distanciou muito pela falta de identidade do ensino médio com a juventude, com a falta de vinculação com o mundo do trabalho, com a vida real, com a falta de flexibilidade, com o sentido; há a falta de políticas de renda. No entanto, a grave situação do tráfico de drogas, da violência, da precocidade das gestações tiram o jovem da escola, do complemento do ensino fundamental. Então quase um milhão de jovens ainda tem que ser buscados numa faixa etária que para o Brasil agora, inclusive, é obrigatória. Nesse Dia Mundial da Educação, nós queremos registrar que o CPERS-Sindicato entrou no Ministério Público contra o Estado do Rio Grande do Sul, pedindo ao Ministério Público que acione na Justiça o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, que, mais uma vez, anuncia que parcelará salários. Nós sabemos do enorme déficit de pessoal que tem nas escolas estaduais deste Estado, mas mais ainda a condição degradante dos professores de sequer receberem um salário digno, mas também não receberem o salário em dia. Se nós estamos marcando o

Dia Mundial da Educação com grandes desafios, com grandes perspectivas, com ampliação de cobertura, não podemos esquecer a outra ponta, que é a qualidade do profissional, o ensino, a formação, o salário e condições de trabalho, que também são agravadas pelo problema da violência.

Aqui se falou muito do déficit de trabalhadores da segurança, eles também atingidos pelo parcelamento de salário, redução de hora extra. Não adianta condecorá-los como heróis quando não se dá condições de trabalho e de segurança em relação a suas próprias vidas. Esse problema de segurança atinge as escolas, atinge os nossos professores, atinge os nossos alunos, dificulta ainda mais a possibilidade de buscar esses adolescentes, de 16, 17 anos, para retomarem a escola.

Então, que o Dia Mundial da Educação seja um dia reflexão, um dia para pensar de fato que nós precisamos investir muito mais em educação brasileira. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o desenvolvimento que a cidade de Porto Alegre tem obtido ao longo dos anos, assim como o desenvolvimento de sua população, fez com que ela se tornasse um atraente mercado consumidor. Esse fato não tem passado despercebido aos atentos empreendedores, de todos os níveis, não só do Brasil, como também de outros países e de estados circunvizinhos. O problema é que não só os empreendedores organizados ou legalizados tem buscado abiscoitar uma fatia desse mercado. As facilidades que a cidade oferece a quem busca essa participação mercadológica também atrai, com alguma frequência, pequenos empresários sem organização e descumpridores de alguns requisitos legais que se misturam aos que procedem em ampla obediência à lei e à ordem. O exemplo desse fato é a frequente realização em nossa cidade, Ver. Adeli Sell, de feiras itinerantes, feiras essas compostas de empresários nacionais e estrangeiros. Infelizmente, a experiência tem demonstrado que diversos deles têm uma fração irregular, sob vários pontos de vista, e isso cria uma situação injusta de concorrência com relação ao comércio local, cujos compromissos sociais e trabalhistas são corretamente assumidos e cumpridos. E isso acontece exatamente por falta da regulamentação. Por isso que apresentei um projeto de lei sobre as feiras, ou seja, é preciso regulamentar a realização de feiras eventuais ou itinerantes que visem a comercialização de mercadorias no varejo do Município de Porto Alegre, para que elas possam se realizar de forma livre e adequada. Espero priorizar esse

projeto que tem a participação de vários vereadores com emendas que só melhoraram esse projeto. Então espero que na próxima semana a gente consiga votar esse projeto e regulamentar esse importante assunto que visa fortalecer o comércio local. Nós temos vários assuntos do interesse da nossa Cidade. Por exemplo, no setor do turismo nós esperamos que vários empreendimentos se concretizem. Por exemplo, a revitalização do Cais Mauá que há tantos anos Porto Alegre aguarda. Agora temos investidores que se obrigaram e que estão em condições de investir em nosso cais do porto 500 milhões de reais para revitalizar aqueles depósitos existentes, que são vários tombados, para que seja feito um investimento comercial naquela área e que também seja construído um prédio de salas junto à rodoviária. São 500 milhões que vamos investir em Porto Alegre para realmente fortalecer o nosso turismo. Mas um assunto que está sendo desenvolvido agora é a criação de um centro de eventos e convenções. Descobriu-se agora um terreno de propriedade da SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias, próximo à Arena do Grêmio que é realmente uma bela localização porque é na entrada da Cidade próximo ao aeroporto e que reúne essas condições, mas precisa de um diálogo com o Governo do Estado. Nós temos uma disponibilidade de recursos que permite a construção de um centro de eventos e convenções. Pode não ser completo, mas já é o suficiente para uma primeira etapa, uma segunda etapa realmente atender a essa exigência na Cidade.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) A minha preocupação é que a municipalidade não perca a possibilidade de uma verba federal que possamos ter, para o Centro de Eventos, e que já estaria garantida essa verba. Então temos que fazer um esforço monumental para manter a verba em Porto Alegre para que a gente possa fazer esse investimento. Propus aqui ontem, Ver. Nedel, e já dialoguei com o Líder do Governo, o Ver. Kevin Krieger, de nós fazermos um grupo, uma espécie de força-tarefa entre Executivo e Legislativo, de fazermos um levantamento para sabermos todos os terrenos, para que haja uma efetiva ocupação. Há dias atrás a gente ficou discutindo uma barbaridade sobre uma nesga de terra, mas nós temos mais 500 assim, que servem para a desova, que emporcalham a Cidade. Além do terreno da SPH, tem o terreno da Viação Férrea, perto da sede da Trensurb que também teria essas condições adequadas. Nós chegamos a discutir se seria Porto Alegre ou a Região Metropolitana. Eu fui responsável pelo Parque de Exposições, em 2014, e consegui colocar na rua, ainda na minha gestão, a primeira PPP efetiva, e que já teve um vencedor, vai ter um centro de eventos, inclusive, em Esteio, que não se sobrepõe ao daqui. Há uma necessidade de termos dois a três centros de eventos na Região Metropolitana, inclusive em Porto Alegre, porque que nós deixamos de fazer alguns eventos aqui, estamos perdendo, inclusive, para Bento Gonçalves. Gosto muito de Bento, gosto da serra, gosto do vinho gaúcho, mas nós temos que ter o nosso centro de eventos aqui. Portanto, sou parceiro na luta da busca de um espaço para o centro de eventos em Porto Alegre.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: É verdade, Ver. Adeli Sell, Porto Alegre está atrasadíssima nessa questão de centro de eventos e feiras. Na próxima semana

haverá uma reunião do turismo em que a Frentur estará presente para discutir os vários assuntos sobre o turismo em Porto Alegre. Desde já eu quero, realmente, enfatizar a importância da sua parceria nesse setor de turismo. Esperamos também o bom andamento das obras de revitalização da nossa orla do Guaíba, para que até o fim do ano seja entregue.

Um outro assunto que preocupa toda a população é a segurança. Nós vimos que hoje a Brigada Militar está condecorando vários componentes da sua corporação com láurea, com medalhas de bravura, inclusive aqueles quatro ou cinco soldados que enfrentaram uma quadrilha em campo aberto. Eles correram risco elevado de vida, ou seja, eles podem ser considerados heróis. Nós queremos agradecer a eles por esse evento. Temos ainda muito a caminhar, sim, mas, com a Brigada Militar, nós podemos confiar. Lamentamos que há necessidade maior de efetivo, porém as condições financeiras do Estado não permitem que se faça novo concurso para a Brigada Militar. Esperamos que em breve isso seja possível.

Também o que nos preocupa e que influencia muito a insegurança é o desemprego. E aí os Vereadores também têm uma responsabilidade muito grande em incentivar o desenvolvimento da nossa Cidade para que se possa criar, gerar novos empregos em nossa Cidade. As pessoas desempregadas começam a realizar pequenos furtos e, inclusive, assaltos a pessoas, o que também é fruto de uma necessidade de recurso das famílias. A gente lamenta isso, o desemprego está aumentando cada vez mais e em Porto Alegre isso acontece fortemente. Então, cabe a nós, Vereadores, refletir sobre o que fazer para aumentar a possibilidade de geração de emprego na nossa Cidade. Uma das coisas que temos é que diminuir a burocracia. Esses dias, senhoras e senhores, a gente lamenta tanto, uma pessoa precisou da sua carteira profissional e demorou mais de 15, 20 dias para obter a carteira profissional. Outro precisou de uma nova identidade, a segunda via da identidade, e demorou mais do que 20 dias para uma segunda via da carteira de identidade. Essa burocracia que existe prejudica também a todos e traz insegurança à nossa Cidade. E eu quero, então, no próximo domingo, Dia do Trabalho, nós estamos falando aqui em desemprego, que é 1º de maio, Dia do Trabalho. E a Paróquia, o Santuário Nossa Senhora do Trabalho, lá na Vila Ipiranga, na Av. Benno Mentz, 1.560, realiza a sua tradicional Festa em Louvor a Nossa Senhora do Trabalho que é composta de uma procissão, às 9h, depois, uma missa campal e, depois, um almoço para, aproximadamente, 1.800 a 2.000 pessoas. Então, aproveito esta oportunidade da TVCâmara para convidar a população de Porto Alegre para lá comparecer. Haverá a benção das carteiras de trabalho e também recrutadores que irão lá fazer audiência para recrutar funcionários para emprego. Então, extremamente importante que os desempregados lá estejam para ver se esses recrutadores de várias empresas têm uma oportunidade de trabalho para oferecer. Fica aqui, então, o convite à população para lá comparecer à festa do trabalho do Santuário Nossa Senhora do Trabalho, lá na Av. Benno Mentz, na Vila Ipiranga. Sr. Presidente, muito grato pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Mauro; Ver. Marcelo e Ver. Adeli da Bancada do Partido dos Trabalhadores, eu vou fazer a leitura da nossa da nota pública que recebemos, todos nós, Vereadores e Vereadoras, da Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que, em reunião do seu conselho pleno, realizada em 26 de abril de 2016, considerando a Nota de Repúdio da Câmara Municipal de Porto Alegre, à ação do Reitor Carlos Alexandre Netto e Vice-Reitor Rui Vicente Oppermann, vem se pronunciar nos seguintes termos. Vejam os senhores, a nossa moção repercutiu em Brasília. Esta reunião é uma reunião de todos os Reitores dos Institutos Federais e Instituições Federais de Ensino. (Lê): “1. A missão acadêmica da Universidade, em todo mundo pressupõe liberdade de ensinar e de aprender, de pesquisar e de divulgar conhecimentos como instituição responsável por formação, pesquisa e inovação em permanente diálogo com a sociedade. 2. Recomendações no sentido de que as universidades públicas se abstenham de promover ou participar de atividades relativas ao atual processo político do País são incompatíveis com o exercício cotidiano da autonomia que a Constituição Federal e a LDB fixam e garantem às universidades brasileiras. A Andifes não aceita que as conquistas de liberdade acadêmica, de autonomia intelectual e de direitos civis sejam censuradas. Assim, a Andifes vem se dirigindo à comunidade universitária de todo o País e à sociedade brasileira para manifestar solidariedade aos dirigentes e instâncias acadêmicas que têm sofrido tentativas de cerceamento à liberdade de expressão e à autonomia de gestão. Da mesma forma, vem se dirigir à Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, solicitando seu empenho para que atitudes restritivas dessa natureza sejam excluídas das práticas da gestão pública, em nome das liberdades individuais e institucionais, do preceito constitucional da autonomia universitária e do diálogo produtivo entre as instituições do Estado e a sociedade. Brasília, 26 de abril de 2016”. Todos nós recebemos esta carta, o Presidente desta Casa também. Quero, Ver. Adeli Sell, saudar a reunião que tivemos com o Reitor Carlos Alexandre, com oito Líderes de bancada presentes; hoje de manhã, definimos que vamos renovar a votação da Moção de Repúdio na próxima quarta-feira, e esta Casa, com certeza, estará à altura da Constituição e dos preceitos de autonomia e liberdade deste País, deixando de censurar uma universidade por permitir que, dentro dos seus espaços, considerados os parâmetros constitucionais, haja esse debate de ideias divergentes e plurais.

Quero dizer, neste último minuto, à sociedade porto-alegrense, em nome da Bancada do PT, que neste fim de semana, 1º de maio, uma data fundamental para os trabalhadores e as trabalhadoras deste País, nós estaremos num ato com o conjunto dos trabalhadores, chamados pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, pela Intersindical e pela CTB – três centrais sindicais nacionais –, um ato no Parque Farroupilha, nossa Redenção, às 10h, um ato que visa defender a Constituição

brasileira, defender a democracia brasileira, porque os trabalhadores e os seus direitos que estão em risco. O que está colocado no debate nacional não é a mera retirada de um governo para a colocação de outro; é, sim, o anúncio da retirada de direitos, de rasgar a Constituição, de superar rituais democráticos previstos na Constituição em nome de uma nova proposta que inclusive está lançada, está divulgada pelo PMDB, o partido que vota pelo *impeachment*, que hoje tem o Vice-Presidente da República, mas que saiu do Governo, anunciou a ruptura e anunciou, no seu programa Ponte para o Futuro, medidas recessivas, medidas que retiram direitos dos trabalhadores. Vejo que o Ver. Janta entra, também estará no ato no dia 1º – não é o mesmo ato –, e o Ver. Janta sabe muito bem que no Ponte para o Futuro está, por exemplo, que o negociado está acima da legislação, ou seja, flexibiliza a CLT em relação ao poder de negociação que possam vir a ter os trabalhadores e a sua categoria. E nós defendemos que o que está conquistado na CLT tem que ser respeitado, e a negociação, a cada ano, é para avançar, para recuperar perdas e para avançar em direitos que os trabalhadores ainda não têm. Então, o que está anunciado no Ponte para o Futuro, que representa o PMDB, que quer assumir sem ter sido eleito, é a desindexação do salário mínimo da inflação e o fim do reajuste acima da inflação, é a desvinculação de recursos para a educação e para a saúde, isso está anunciado, está escrito, e, para nós, isso significa retrocesso na luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Então, o 1º de Maio tem um sentido muito especial este ano; todos os anos os trabalhadores o celebram para avançar, mas neste ano é para resistir, para não retroceder, para não perder as garantias que a Constituição nos dá, que a CLT nos dá e que a democracia, só a democracia, permite aos trabalhadores! Então, todos na Redenção, às 10h da manhã, no dia 1º de maio, domingo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, seguindo no tema da Ver.^a Sofia, primeiro eu queria convidar toda a população de Porto Alegre, todos os que nos assistem pela TVCâmara e nos ouvem pela Rádio Web da Câmara, para participarem neste domingo, 1º de maio, da Procissão de Nossa Senhora do Trabalho, que vai sair da Rua Tenente Ary Tarragô e vai se dirigir até o Santuário da Nossa Senhora do Trabalho, na Rua Benno Mentz. Lá vamos ter um grande culto ecumênico, serão abençoadas as carteiras de trabalho, vamos pedir à Nossa Senhora que abençoe as carteiras, que abençoe o povo e, principalmente, que se consiga empregar os dez milhões de trabalhadores que estão desempregados neste País por causa de uma política econômica proposta por este Governo, uma política que beneficia a alta taxa de juros, que beneficia a especulação e que trai a indústria nacional, que trai a geração de emprego e renda! À tarde, na Redenção, no Espelho d'Água, teremos um

grande ato com a Força Sindical, a nova Central Sindical, a UVB, a CTB, juntamente com a UFRGS, com a UMESPA, com a UEE, com o conjunto dos estudantes; um grande ato dos trabalhadores para exigir que o Governo, seja qual for, invista na geração de emprego; que o Governo, seja qual for, acabe com o fator previdenciário; que o Governo, seja qual for, mantenha uma política de salário mínimo, mas, principalmente, que tire este Brasil dessa crise. Nós já enfrentamos várias crises, mas nenhuma tão grande como esta, nenhuma crise jogou tantas pessoas no desemprego; nenhuma crise teve, juntos, desemprego, recessão, arrocho e inflação, ao mesmo tempo; nenhuma crise teve uma expectativa tão grande das pessoas, que não veem próxima de si uma chance de crescimento, uma chance de sair do atoleiro em que o Brasil está. O Brasil escolheu a política errada, escolheu a política de destruir o que estava bem feito e fazer benesses aos banqueiros, de acabar com a indústria nacional, que gera e mantém o emprego neste País, de acabar com os investimentos maciços que o BNDES fazia na indústria nacional e fazer investimentos em outros países, não gerando emprego aqui dentro.

Então, vamos fazer um 1º de Maio de muita luta, em que haverá *shows*, eventos, várias atividades, mas será um 1º de Maio de muita luta, para reafirmar as bandeiras das centrais sindicais, bandeiras históricas e bandeiras atuais, principalmente a geração de emprego e renda, acabar com esses dez milhões de desempregados, reativar a indústria nacional brasileira que está no fundo do poço, reativar o desenvolvimento econômico deste País, um país que não tem uma indústria forte, um país que tem um comércio fechando mais de cem mil postos de trabalho, são cem mil empregos a menos no comércio, um país que não tem um sistema bancário estatal que financie as pequenas e médias empresas, um país que não se preocupa com o seu povo, e um país que não tem investimento bancário para o seu povo, realmente é um país em que acontece o que nós estamos vendo hoje. Nós exigimos uma estrutura sólida do Governo brasileiro na saúde, na educação e principalmente na previdência, por isso estaremos nas ruas neste 1º de Maio, estaremos nas ruas orando, estaremos nas ruas marchando, estaremos nas ruas reivindicando, estaremos nas ruas com os trabalhadores, como sempre estivemos. Com muita força, fé e solidariedade, nós vamos melhorar a vida do povo brasileiro e não vamos nos curvar a Governo nenhum em defesa dos direitos dos trabalhadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Ofício de autoria do Sr. Prefeito José Fortunati, de 28 de abril de 2016. (Lê.): “Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência e demais Edis, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que deverei ausentar-me do Município das 06h11min às 22h45min do dia 29.04.2016, ocasião em que participarei, em Brasília, da Cerimônia de Anúncio da prorrogação da permanência de médicos brasileiros, formados no exterior, e estrangeiros do programa Mais Médicos. O ônus para o Executivo será de uma passagem aérea POA/BSB/Porto Alegre, e a cessão de meia diária. Atenciosamente, José Fortunati, Prefeito”.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Caro Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, dias atrás eu trouxe aqui a preocupação com a situação do Estado do Rio Grande do Sul, onde nós temos escolas que estão sem papel higiênico, nós temos escolas, Ver.^a Sofia, conhecedora profunda dessa situação, que não têm guarda ou porteiro, o que dirá, como havia no passado, o PM residente. Nós temos um problema gravíssimo em algumas escolas. Vou citar algumas apenas, como é o caso do Colégio Estadual Florinda Tubino Sampaio, no bairro Petrópolis – a Ver.^a Sofia é moradora da região –, onde um menino, dias atrás, teve uma sacola de livros roubada. Nós temos o mesmo caso na Escola Estadual Roque Gonzáles, na Zona Sul. Poderia citar aqui vários e vários colégios, já enviamos pedidos ao Governo do Estado; é claro que faz 40 dias que voltei a esta Casa, mas ainda não tive nenhum retorno. Não pensem que o Secretário e o Governador, no alto da sua soberba, não responderão a nós, que somos representantes da população de Porto Alegre. Não estamos falando por nós, estamos falando por 1,5 milhão de pessoas que residem em Porto Alegre quanto à falta de segurança pública.

Falei há pouco da situação da Praça da Alfândega, mas eu poderia falar da Zona Sul, poderia falar da Zona Norte – dias atrás, tivemos uma reunião aqui na Comissão com várias comunidades da Zona Norte de Porto Alegre. Podemos falar da Escola Municipal Professora Ana Íris do Amaral, que já foi arrombada duas vezes no último período. É uma escola do Município, mas, quanto ao problema de segurança pública, a responsabilidade é do Governo do Estado. Vejam a situação da Polícia Civil! Hoje, leio nos jornais, Ver. João Bosco Vaz, que os policiais civis estão prestes a entrar em processo de greve. Greve!

Nós temos problemas de repasses para os hospitais. Todos os dias, eu observo, no entorno da Santa Casa, das 5h da manhã em diante, o pessoal chegando de vários lugares do interior. Durante o dia, eu vejo as caminhonetes estacionando em torno da Praça da Matriz, toda a Rua da Ladeira sendo tomada por *vans* que vêm do interior do Estado porque faltam médicos e especialistas em diversas áreas em vários locais do Estado, porque os hospitais não estão conseguindo manter os médicos especialistas nas suas cidades e nos seus hospitais. A situação é trágica na saúde pública do Rio Grande do Sul, assim como é na educação e, especialmente, na segurança pública.

Nós queremos levantar aqui o nosso brado, que é o brado de revolta da população. Nós queremos e necessitamos que o Governo do Estado atente para a triste situação da segurança pública. Nós poderíamos levantar aqui a questão do fechamento do posto do Bom Fim. É uma escolha. Se aqueles brigadianos que estavam naquele posto estiverem, efetivamente na rua, mas o que nós estamos vendo, que os brigadianos estão envelhecendo, se aposentando e não há reposição. Aqui nós estamos discutindo, buscar com a Prefeitura de Porto Alegre, um acordo, inclusive, de votação de projetos para resolver problemas de fiscais e auditores que faltam na Prefeitura, espero a mesma sensibilidade do Governo do Estado. Portanto, deixo aqui registrado, mais uma vez, a

nossa profunda preocupação com a insegurança que devasta o Rio Grande do Sul, para as pessoas que são assaltadas. Nós precisamos fortalecer a Brigada Militar para acabar com os roubos de celulares no centro de Porto Alegre. As entidades, o Sindilojas, a Fecomércio, o CDL doaram equipamentos para a Brigada Militar, porque a Brigada não tem recursos para suprir equipamentos da Brigada, a população e as entidades estão fazendo o seu papel. E o que faz o Governo? O Governo gasta em cargos de confiança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo da Ver.^a Lourdes Sprenger.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Boa tarde a todos, Presidente Cassio Trogildo, demais colegas Vereadores, cidadãos e cidadãs, é com muita honra que retorno a esta Casa, a qual me elegi com 7.725 votos, e que depois de uma passagem a partir do convite do Prefeito Fortunati, para ocupar a pasta da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, após três e três meses, retorno por força da lei, como todos os Vereadores titulares para retornar à Câmara de Vereadores. Quero fazer uma pequena prestação de contas aos meus colegas e, principalmente, aos porto-alegrenses que estão nos assistindo, nesse período que estive à frente junto com toda a equipe de cargos públicos, de cargos de confiança, administrando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. É importante resgatar o histórico do Governo de 2012, onde esta Casa aprovou um projeto de lei, encaminhado pelo Executivo, Prefeito Fortunati, criando, pela primeira vez na história de Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, dentro de uma proposta de separar a política de segurança da Secretaria de Direitos Humanos. Isso nos fortaleceu muito e nos deu condições, nesses três anos e três meses, de construirmos uma Secretaria Municipal de Direitos Humanos em condições de dar as respostas que a nossa sociedade esperou - e espera.

A Secretaria de Direitos Humanos foi criada com cinco secretarias adjuntas, exatamente para que os segmentos mais excluídos, as minorias, as pessoas que realmente precisam de uma intervenção mais forte por parte do Município, para buscar a igualdade, tivessem esse respaldo da Prefeitura de Porto Alegre. Nós temos hoje uma Secretaria estruturada, com sede própria, uma Secretaria com funcionários públicos concursados, com a memória, uma Secretaria que, através de todos os seus eixos, pretensa ser a plenitude do que se entende como conceito e ações relativas aos direitos humanos. Nós temos a Secretaria do Negro, a da Mulher, a da população LGBT, a do Idoso e a de indígenas e direitos específicos que englobam a política do imigrante, do refugiado e do egresso do sistema prisional. Além disso, temos dentro da Secretaria o Centro de Referência de vítimas da Violência que, através do 0800, tem uma atuação em defesa de qualquer cidadão de Porto Alegre que sinta a dignidade atingida e pode recorrer ao CRVV, estrutura que contém advogado, psicóloga, assistente social, e, além

disso, temos também a Cosans, que é a Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que é responsável pelo renascimento, pela reconstrução, pela refundação e, pela primeira vez na história, a Prefeitura de Porto Alegre administra o Restaurante Popular que tem sido um sucesso. Também temos os nossos telecentros espalhados nas comunidades de baixa renda em toda a cidade de Porto Alegre, e continua fazendo um trabalho de inclusão social através da qualificação profissional, principalmente de adolescentes de baixa renda. Quero colocar que os três eixos que mais nós trabalhamos e mais nos emocionou nesse processo todo foram a questão da política de direitos humanos em Porto Alegre para os indígenas, a política para a população em situação de rua e a política para os imigrantes, foram três situações que nós enquanto Governo Fortunati, enquanto Secretaria Municipal de Direitos Humanos nos detivemos com muito afinco pela questão de que entendemos que direitos humanos deve atender aquele que mais precisa, e não tem população que mais precisa que esteve conosco nesse período que são os indígenas, a população adulta em situação de rua e também os nossos imigrantes. Em relação ao povo indígena, poucos sabem, Porto Alegre tem três etnias, que são os caingangues, os charruas e os guaranis, e somos a única capital do País que tem áreas indígenas e adquire áreas indígenas para essas etnias, nenhuma outra capital do País tem essa preocupação, essa responsabilidade com esse povo que temos uma dívida eterna, na minha gestão, na nossa gestão, nós conseguimos adquirir áreas para o povo guarani e para o charrua, estamos também construindo casas para o povo charrua e estamos também fornecendo uma outra área para os caingangues, ganhamos inclusive o Prêmio Estadual de Direitos Humanos pela política pública estadual ao indígena fornecida pelo governo Tarso Genro. Quanto aos imigrantes, quero dizer que foi uma surpresa para nós recebê-los, apesar da Secretaria já está preparada para isso, porque, na sua fundação, a Secretaria teve um eixo voltado à política de imigrantes. Isso aconteceu em novembro de 2014, a sociedade toda soube através dos jornais, foram 300 imigrantes com encaminhamento do governo do Acre, com apoio do Ministério da Justiça, em que, de repente, chegaram 300 imigrantes na rodoviária de Porto Alegre. O que fizemos como Prefeitura de Porto Alegre? Fomos recebê-los, foi uma experiência muito grande, muito profunda, precisamos de muita garra para fazer esse trabalho de forma muito bem articulada, o que foi uma novidade para nós, como já falei, mas imediatamente buscamos o contato para receber esses imigrantes e encaminhá-los para o destino que eles gostariam de ir. Entramos em contato com o Ministério da Justiça questionando que houvesse uma comunicação anterior para a Prefeitura de Porto Alegre, junto com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul que também questionou a mesma situação, para que nós tivéssemos condições de amparar imigrantes caribenhos e africanos da forma mais qualificada, de uma forma em condições de dar um atendimento digno que eles tanto merecem. Em maio de 2015, vieram de novo imigrantes sem nenhuma informação do Ministério da Justiça; nós, novamente, além de atendê-los imediatamente, porque não houve o encaminhamento do Ministério da Justiça, que foi irresponsável, encaminhando os imigrantes, com recursos públicos para as capitais e sem informar às capitais. A partir daí teve uma reunião importante no Ministério da Justiça onde foram cinco estados,

cinco capitais de cinco estados, onde organizamos um fluxograma e garantimos um atendimento, para junho, que foi a segunda remessa de imigrantes, onde conseguimos atendê-los com mais qualidade, com mais dignidade, e criamos um Centro de Acolhimento de Imigrantes provisório, no Centro Vida, que foi um grande sucesso. Esse destaque da Prefeitura de Porto Alegre, essa atuação firme, forte e corajosa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, garantiu que, em 2016, nós tivéssemos, por parte do Ministério da Justiça, o apoio, quando fomos inseridos, então, como a segunda Capital do País a receber recursos federais para construir o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante. Isso me deu a condição de realizar um sonho, ou seja, estar preparado para receber esses nossos irmãos, essas nossas irmãs do Caribe e da África. Quer dizer que são pessoas altamente dignas, pessoas que vêm para trabalhar, pessoas que vêm para fazer turismo, por lazer. Eles fogem da fome, eles fogem de catástrofes e cabe ao Brasil como a todos os países do mundo acolhê-los no sentido de que eles se sintam em casa, sintam-se confortáveis e ocupem funções para gerar renda não só para eles, mas para todos nós através dos impostos, porque ocupam vagas ociosas no nosso mercado, vagas ociosas na iniciativa privada e que as empresas tanto precisam para melhorar sua produtividade, e isso gera imposto para todos nós. Então nós já tínhamos em Porto Alegre, quando chegou a primeira leva de imigrantes pela Rota Sul com recursos federais, mais de quatro mil imigrantes que viviam em harmonia. A partir de 2014, esse encaminhamento do Governo Federal, que foi sem comunicação, de forma irresponsável, chamou atenção da sociedade, o que prova, que, desde 2011, esses imigrantes já estavam aqui, e só em novembro de 2014 a sociedade soube através da imprensa, através desse encaminhamento do Ministério da Justiça pela Rota Sul, para Porto Alegre, devido a essa polêmica de nós não termos sido avisados, que havia imigrante em tanta quantidade em Porto Alegre. Essa é a prova mais do que suficiente de que esses cidadãos honrados, que vêm aqui para trabalhar. Estavam em total harmonia com a nossa Cidade como estavam em harmonia em todas as grandes capitais que recebem, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Florianópolis.

Por último, quero também abordar a questão da população adulta em situação de rua e aí destacar os pontos onde a Secretaria Municipal de Direitos Humanos acaba sendo a responsável por parte dessa política. Em 2015, nós recebemos um decreto da Ministra Ideli Salvatti – e a Prefeitura da Porto Alegre teve que se associar a esse decreto – transferindo o comando da política municipal, do Comitê de Política Municipal para as Pessoas Adultas em Situação de Rua, transferindo o comando da FASC para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. A partir dali, nós começamos um diálogo pesado, são nove representantes do Movimento Nacional das Pessoas Adultas em Situação de Rua, são pessoas preparadas, pessoas que têm sua ideologia, e nós tínhamos reuniões ordinárias e continuamos tendo com essa população, são nove representantes do movimento nacional e nove representantes das Secretarias do Município no sentido exatamente de poder a Prefeitura se organizar e atender cada vez melhor a essa população que vem crescendo, infelizmente, por causa da drogadição, infelizmente também por causa de uma parcela enorme que vem do Interior para Porto Alegre buscando alternativas de vida e que também é mal-sucedida aqui por estar

extremamente desqualificada. Mas daí nasceu a ideia de termos em Porto Alegre e de assumirmos em Porto Alegre a responsabilidade do Restaurante Popular, que é algo que estava fechado há mais de dois anos pelo Governo do Estado. Então nós, procurados pelo Governo do Estado, ainda no Governo Tarso Genro, recebemos aqui o Secretário Estadual do Trabalho, o Borba, que estava substituindo o Deputado Lara, e eles fizeram essa proposta de municipalizar a política de segurança alimentar. Como a coordenação orçamentária já estava com os Direitos Humanos, nós assumimos esse papel importantíssimo de construir um novo Restaurante Popular em Porto Alegre. Junto ao Comitê da População Adulta em Situação de Rua, a Secretaria de Direitos Humanos, com apoio e recursos do Governo do Estado, finalmente conseguiu fazer a inauguração do Restaurante Popular, que hoje serve uma alimentação de altíssima qualidade para até 600 pessoas, principalmente pessoas adultas em situação de rua, pessoas de baixa renda. O restaurante funciona na Rua Santo Antônio, nº 64. É um restaurante que tem uma empresa que ganhou a licitação, que é a Mix Refeições. Essa empresa é responsável por servir a alimentação, é no sistema *hot box*, depois servido em bufê. Depois que são servidas essas 600 refeições diárias, de segunda à sexta, das 11h30min às 14 h – são servidas no limite, em torno de 550 a 600 refeições são servidas diariamente –, a empresa leva toda a alimentação de volta e higieniza o ambiente. Nós conseguimos, com isso, garantir que os erros do passado, dos convênios do Governo do Estado com outras instituições que serviam alimentação através do Restaurante Popular fossem corrigidos, principalmente os relacionados à qualidade da alimentação, à qualidade e higiene do ambiente. Nós não tivemos nenhum problema nesse sentido, a alimentação não é feita dentro do Restaurante Popular, ela simplesmente é mantida aquecida ou refrigerada lá. Isso garante uma alimentação de alta qualidade.

Nós tivemos, graças a Deus, a presença maciça da imprensa lá. Mais de uma vez, jornalistas, repórteres e formadores de opinião se alimentaram no Restaurante Popular e saíram de lá encantados não só com a qualidade do alimento, com o atendimento, mas, principalmente, com a alegria daquelas pessoas que, infelizmente, ficaram dois anos sem alimentação. Agora, através dessa ação da Prefeitura de Porto Alegre em conjunto com o Governo do Estado, mas administrada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos, é possível oferecer e preencher essa lacuna tão importante. Nós estamos construindo lá não só um restaurante popular, mas um Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional. Lá alimentação de qualidade é servida, mas também tem um serviço fantástico de recuperação da pessoa adulta em situação de rua, através de um convênio que a FASC tem, o M Mulher, que funciona no mesmo local do Restaurante Popular e que visa a oferecer cursos, oficinas e fortalecimento de vínculos para pessoas adultas em situação de rua, para nós conseguirmos recuperá-las. E esse comitê intersetorial, que faz o diálogo com o Movimento Nacional de Moradores de Rua, formado por nove secretarias, também atua lá no mesmo local, na Rua Santo Antônio, nº 64, nesse Centro de Referência de Segurança Alimentar. O Governo está lá presente com o seu comitê, com as suas secretarias, para dar toda a atenção para, cada vez mais, diminuir esses moradores, essas pessoas adultas em situação de rua que estão na cidade de Porto Alegre. Que sejam

sempre atendidas, recuperadas e, depois, inseridas na sociedade de forma cada vez mais digna, se libertando da dependência poder público.

É isso o que eu gostaria de registrar nestes meus 15 minutos de Grande Expediente. Teria muito mais a falar a respeito do que foram esses três anos e três meses em que nós refundamos a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, desmembramos da Secretaria de Segurança e conseguimos, através do apoio e respaldo do Prefeito Fortunati, do apoio e respaldo da sociedade potencializar todos esses eixos que nós já citamos, como a política do negro, a política do idoso, a política LGBT, a política da mulher e a política das pessoas adultas em situação de rua. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. 0586/15 - SUBSTITUTIVO Nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que cria e declara como Área Especial de Interesse Institucional a Subunidade 14 na Unidade de Estruturação Urbana – UEU – 52 da Macrozona – MZ – 01 e as Subunidades 05 na UEU 12, 05 na UEU 96 e 06 na UEU 90 da MZ 03 e dá outras providências, ao **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 007/15**, com **Emenda nº 01**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

PROC. Nº 2792/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 272/15, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que estabelece normas de controle da comercialização de bebidas e de produtos alimentícios nos bares e nas cantinas de hospitais e de centros de saúde, públicos ou privados, no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 0047/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o *caput* e inclui incs. I e II no *caput* do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, estendendo o prazo de proibição, em definitivo, da circulação de Veículos de Tração Humana – VTHs – no trânsito do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0686/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 060/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui os eventos Procissão, Novena e Festa em Louvor a São Vicente de Paulo no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, realizados no mês de setembro.

PROC. Nº 0728/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e outros, que denomina Passagem de Nível Mendes Ribeiro Filho o equipamento público localizado no cruzamento da Avenida Cristóvão Colombo com a Avenida Dom Pedro II, no Bairro Auxiliadora.

PROC. Nº 0758/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 070/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que estabelece a reserva de vagas para idosos em estacionamentos temporários remunerados, em logradouros públicos de uso comum – Área Azul.

PROC. Nº 0901/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/16, que cria 13 (treze) Funções Gratificadas junto ao Quadro de Postos de Confiança do Magistério Público Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA, Lei nº 6.151, de 13 de julho de 1988 – que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal; dispõe sobre o respectivo Plano de Pagamento e dá outras providências – e 1 (uma) Função Gratificada junto ao Quadro da Administração Geral da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA, Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988 – que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município; dispõe sobre o Plano de Pagamento e dá outras providências – a serem lotadas em Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação – SMED.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2060/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/15, de autoria do Ver. Paulo Brum, que determina a adaptação de, no mínimo, 1 (um) banheiro masculino e 1 (um) banheiro feminino para o uso de pessoas com deficiência física, em prédios públicos localizados no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0379/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 032/16, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo e Ver. Dr. Thiago, que obriga a comprovação de formação específica na área de radiologia, no mínimo em nível técnico, por operadores de equipamentos emissores de radiação ionizante ou campo eletromagnético usados para salvaguardar, inspecionar bagagens, irradiação ou produção e imagens radiológicas com a finalidade de inspeção de segurança e estabelece a esses operadores o uso obrigatório de equipamentos de proteção individual (EPIs).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há Vereadores inscritos para falar em Pauta, está encerrado o período de discussão de Pauta.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Visivelmente não há quórum.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h18min.)

* * * * *